

A ALCA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MERCOSUL

*Alexandre Ramalho**

RESUMO

Percebe-se, nos dias de hoje, a preocupação com a defesa do meio ambiente. É comum nas conferências internacionais, nos últimos anos, o debate sobre sustentabilidade nas atividades de desenvolvimento. Muitas organizações não governamentais (ONGs) insurgem-se contra a definição oficial de desenvolvimento dos governos, das agências internacionais e concordam que sustentabilidade é o princípio do processo de desenvolvimento focado nas pessoas e que deve ser o motivo de esforços das nações para impulsionar o crescimento econômico, preservando o meio ambiente. Gradativamente, governos, universidades, agências multilaterais e empresas de consultoria técnica estão inserindo considerações e propostas protetoras do meio ambiente, redimensionando os projetos de desenvolvimento e a democratizando os processos decisórios.

Palavras-chave: Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL).

ABSTRACT

Noticeably, today, there is concern for the protection of our natural environment. In international conferences the last five years, there is common debate about sustainability of developmental activities. Many non-governmental organizations (NGOs) disagree with the definition of development used by governments; international agencies agree that sustainability should be at the center of the developmental process focusing on the people and should be the nations' motivation to propel economic growth while preserving the natural environment. Gradually, governments, universities, multi-lateral agencies and technical consulting firms are including measures and proposals that protect the environment, drawing new lines for developmental projects and democratizing the decision making processes.

Key words: North American Free Trade Agreement (NAFTA), Southern Common Market (MERCOSUR).

INTRODUÇÃO

O conceito de sustentabilidade transcende o exercício analítico de explicar a realidade, requerendo coerência lógica nas aplicações práticas, isto é, o discurso precisa ser transformado em realidade objetiva.

Os atores sociais, ao atuar, estão dotados de legitimidade política e autoridade para administrar, na prática, os comportamentos sociais e políticas de desenvolvimento. A elaboração teórica materializa-se através da luta oculta pelo poder entre diferentes atores sociais, competindo pela posição hegemônica, oferecendo diretri-

* Administrador de empresas (PUC-Campinas) e pós-graduado em Finanças e Controladoria pela Metrocamp de Campinas. Professor de Estatística e Matemática Financeira do Unicursos (Campinas/SP). Professor da área de métodos quantitativos no Centro Universitário Padre Anchieta de Jundiaí/SP.
E-mail: alexramalho@uol.com.br

zes que fortaleçam a sustentabilidade, a biodiversidade e a sobrevivência do planeta.

A sustentabilidade tem que ser vista através do contexto ecológico e sociocultural, analisando como era no passado, como é tratada no presente e como será no futuro. Informações passadas servem como parâmetro de sustentabilidade, enquanto o que ocorrerá no futuro exige a definição do Estado desejável para a sociedade do porvir.

O destino das nações nos campos políticos, culturais e econômicos é impulsionado pelas elites de poder. A produção e disseminação de idéias, valores e representações coletivas provêm destes dirigentes.

A força e a legitimidade das alternativas de desenvolvimento sustentável ficam na dependência da racionalidade dos argumentos e das soluções estabelecidas pelos atores sociais, atuantes nas áreas política e ideológica.

O planejamento e a implementação da ação social justa são frutos da teoria, da doutrina ou do paradigma sobre sustentabilidade.

Portanto, faz-se necessário rever os argumentos que os autores, pertencentes a diferentes correntes de pensamento, desenvolvem e que os governantes põem em prática, almejando saber se são soluções autênticas para a sustentabilidade.

ALCA: RISCOS E OPORTUNIDADES PARA O MERCOSUL

Pesquisas realizadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)¹, divulgadas pelo Seminário "ALCA cada vez mais próxima", revelam o oposto: há problemas graves acontecendo, que se referem, principalmente, ao próprio entendimento dos vários países da ALCA, às prioridades geopolíticas americanas, à questão da *Farm Act*, da *Bipartisan Trade Promotion Authority*², à própria crise em que o MERCOSUL está hoje.

Há muitos fatores negativos, mas, realmente, aceita-se que o Brasil não pode se afastar das negociações. O Brasil precisa debater e fazer prevalecer o direito na questão agrícola. Há conjecturas de que os ganhos que a agricultura brasileira obterá na ALCA são maiores que aqueles originados dos negócios com a União Européia.

Há entraves a serem enfrentados pelo Brasil ao participar da ALCA e isto se constata, através da lei *Bipartisan Trade Promotion Authority* (TPA) ou *Farm Act*, por ser muito restritiva no que tange ao comércio internacional. Pode-se afirmar que a lei denominada TPA afeta a ALCA ao separar trezentos produtos agrícolas, visando a beneficiar os agricultores norte-americanos. Na prática do Comércio Internacional, através da ALCA, as questões apresentadas por outros países, devidas a

¹ Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Instituição Internacional sediada em Washington, foi criada em 1959 para prestar ajuda financeira para os Países da América do Sul e Caribe.

² *Congress 107th, Bipartisan Trade Promotion Authority Act of 2001*, em <http://thomas.loc.gov>.

este protecionismo, serão estudadas em seus impactos pela *International Trade Commission* e pelo aval de quatro comitês do Congresso americano. Vê-se que nesta lista de produtos agrícolas americanos protegidos pela TPA estão relacionados os mesmos produtos ofertados pelos exportadores brasileiros e, conseqüentemente, isto vai dificultar e atrasar as negociações.

A *Farm Act* faz parte da legislação americana que oferece diretrizes aos subsídios e não se atém à proteção. No aspecto de proteção ela nada modifica. Os subsídios fazem parte dos estudos da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Brasil registra o maior saldo comercial agrícola do mundo. É preciso considerar que nosso país coloca, atualmente, o setor agrícola como prioritário e isto representa a conquista entusiasmante destes últimos anos.³

VISÃO DOS SETORES PRODUTIVOS

Pesquisa atual, realizada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) sobre o impacto da ALCA no setor industrial, focalizou cerca de vinte e três áreas industriais do país e concluiu que pelo menos onze delas estão despreparadas para exercer o livre comércio, e sentirão dificuldades em transacionar na ALCA. Podem ser enquadrados nesta situação de baixa competitividade: os alimentos, a metalurgia, a química, bens de capital e componentes eletrônicos. Este estudo contribuiu para se saber que estes setores estão produzindo no mesmo nível que os concorrentes estrangeiros, no entanto, o custo final destes produtos, acrescidos de vários encargos, não premia a competitividade.

Setenta e dois por cento dos empresários entrevistados pelo IEDI julgam que os empresários brasileiros precisam de maior atenção para se elevarem na concorrência com os países da ALCA, principalmente com os Estados Unidos; 91% calculam que o bloco da ALCA permitirá a existência de novos mercados; 70% afirmam que a economia brasileira ainda não é competitiva para empreendimento de tal envergadura; 100% consideram que o custo do capital é o fator inibidor da competitividade do país.

Além desses, outros setores podem ser citados como mais competitivos na Associação de Livre Comércio das Américas, conforme esta pesquisa: autopeças, cerveja e refrigerantes, cimento, cosméticos, agronegócio, embalagens e siderurgia.

Em pesquisa da Receita Federal, orientada pelos registros de recolhimento de impostos de importação/exportação, no período de 1997 a 2000, pelos países constituintes da ALCA, verificou-se: neste período, o número de empresas exportadoras no Brasil registrou aumento de 6,3%, correspondendo a 1.700 firmas. O número de importadoras caiu 9,97%. Nesta época, a exportação obteve acréscimos em produtos de alto valor agregado, como aviões, helicópteros e celulares⁴.

³ JANK, M.S. apud HABERFELD, S. *ALCA – Riscos e Oportunidades*. São Paulo: Manole, 2003.

⁴ MARQUES, C. apud HABERFELD, S. *A visão do setor privado e das associações de classe*. São Paulo: Manole, 2003, p. 105.

Prevê-se que o mercado ALCA movimente em torno de 12 trilhões de dólares, com 800 milhões de consumidores. O Brasil é o grande interessado que isto se suceda, uma vez que se propôs a se inserir na ação global competitiva. Sabe-se, entretanto, ser este o enorme desafio, diante das diferenças comuns nestes países. Empreendem-se esforços para se calcularem os riscos e as oportunidades e se criarem produtos com valor agregado, equilibrando a balança comercial com os países desenvolvidos.

Em estudos feitos com a Fundação Getúlio Vargas, concluiu-se que as questões do custo de capital e dos tributos trarão prejuízos de 20% ao Brasil no comércio com a ALCA. Estas assimetrias precisam ser solucionadas pelo governo brasileiro, tais como: a capitalização, o perfil de endividamento mais longo, a aprovação das reformas básicas, buscando erguer o Brasil ao nível da concorrência internacional. É preciso também se manifestar contra as políticas discriminatórias e protecionistas dos Estados Unidos. Os Estados Unidos, através destes artifícios, vencem o Brasil nos negócios com o suco de laranja, com o papel e celulose, com os aviões da EMBRAER e na siderurgia. É preciso exigir transparência dos parceiros na ALCA, da mesma forma imposta ao Brasil.

Na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) foi elaborado o projeto denominado *Benchmark Global*, contendo 500 mil informações, visando à sua apresentação ao governo, com análises de noventa e oito setores industriais de São Paulo, comparados com os dos Estados Unidos e México, objetivando subsidiar os negociadores brasileiros e estes setores, para serem bem sucedidos no comércio exterior.

Entretanto, no setor industrial, há empresários que sugerem ampliar o prazo para o ingresso na ALCA, mas há outros que se sentem habilitados, como é o caso do setor de brinquedos, apresentando vantagens comparativas e competitivas. Por ser a globalização um processo inexorável, cabe, portanto, ao governo brasileiro solucionar o custo Brasil.

O Brasil conta com a indústria empreendedora, criativa, instituições políticas estáveis, segmentos com capacidade, produtos de classe mundial. A FIESP tem feito o trabalho de convencimento e conscientização desta realidade aos pequenos e médios empresários. Aloizio Mercadante diz que o país está amplamente aberto à negociação. As negociações, geralmente, serão trabalhosas e caras, porque nelas atuam especialistas, com o acompanhamento da Câmara Americana e da FIESP.

A partir de 2003, iniciou-se a real abertura do País, e as empresas estão participando deste processo com responsabilidade.⁵

Tanto na indústria como no comércio sabe-se que negociar é fundamental. Faz-se necessário haver ânimo para se entender com os Estados Unidos, que importam um trilhão e 200 bilhões de dólares por ano, ou com o grupo do Tratado

⁵PIVA, H. L. apud HABERFELD, S. *ALCA – Riscos e Oportunidades*. São Paulo: Manole, 2003, p. 106.

Americano de Livre Comércio (NAFTA), que importa um trilhão e 600 bilhões de dólares anualmente. A negociação comercial de compra e venda com os países da ALCA leva tempo e é preciso esperar mais pela aprovação nos congressos para que passe a vigorar.

Em 2004, o Brasil exportou mais de 95 bilhões de dólares o que ainda é pouco, apesar do crescimento expressivo em relação ao ano anterior (mais de 30%). É preciso contribuir com a concretização da ALCA para oferecer seus produtos ao maior mercado do mundo.

Nos dias atuais, o Brasil já envia cinquenta por cento das exportações para o grupo da ALCA e na área têxtil; 70% das exportações destinam-se aos outros 33 países pertencentes a esta área de livre comércio. Entretanto, os Estados Unidos impõem cotas e o Brasil não faz o mesmo. A ALCA está prevista para funcionar em 2006; até lá, o governo brasileiro tem que concluir as reformas de base. Não se admite a incompetência e as reformas deveriam ser aprovadas dentro deste prazo. O negócio é visto como bom quando beneficia a todos.

Há estatísticas que confirmam que o Brasil exporta pouco. Os Estados Unidos são consumidores de têxteis de confecção no valor de US\$ 90 bilhões por ano. Deste total, a República Dominicana e a Guatemala juntamente com outros países da América Central suprem os EUA com US\$ 9 bilhões e o Brasil com menos de 15% deste valor.⁶

Espera-se da ALCA que se concretize neste hemisfério o modelo para os governos democráticos de todo o mundo. Na Reunião de Cúpula em Miami foram prometidas a integração das economias, eliminando-se barreiras, e a realização da zona de livre comércio das Américas. Houve promessas de se investir no desenvolvimento sustentável, com a campanha de solidariedade para reduzir a pobreza.

Os empresários brasileiros, entretanto, mostram-se insatisfeitos com a Lei de Proteção de Aço americano e o *Farm Act*. Há forças protecionistas atuantes nos Estados Unidos. Pode-se ver, também aqui no Brasil, a presença de forças protecionistas e considera-se normal que aqueles que se sentem prejudicados pelo livre comércio queiram impedir a mudança. No entanto, em relação aos EUA as pessoas enganam-se porque o país é classificado pelas outras nações como uma das economias mais abertas do mundo. Há questões, entretanto, para serem discutidas na Organização Mundial do Comércio (OMC) relativas às negociações sobre livre comércio nas Américas.

O *Farm Act* é visto no Brasil como retrocesso ao compromisso de abrir os mercados agrícolas. Os subsídios estão crescendo. O aumento nos subsídios também foi criticado no interior dos EUA. Há países, como os pertencentes à União Européia (UE) e o Japão que concedem elevados subsídios aos produtores agrícolas. Vê-se que os Estados Unidos não pretendem interromper a ajuda aos produtores agrícolas daquela nação.

⁶ SKAFF, P. apud HABERFELD, S. *ALCA – Riscos e Oportunidades*. São Paulo: Manole, 2003, p. 117.

Por outro lado, os Estados Unidos demonstram interesse em trabalhar com o Brasil e as grandes nações agrícolas e estão dispostos a negociar, visando a alcançar o equilíbrio no comércio agrícola. Neste setor, ambos os países serão bem-sucedidos.

O governo americano empenha-se em ajustar o livre comércio e prepara a TPA que se adapte melhor a estas negociações, conforme se vê através do acordo firmado por três Ministros de Estado: o representante de Comércio dos EUA, Robert B. Zoellick, a Secretária de Agricultura, Ann Veneman, e o Secretário de Comércio, Don Evans, em carta mandada ao presidente Bush recomendando veto ao *fast track* se não for aprovada no Congresso uma autorização para este fim.

A globalização apresenta benefícios, mas são previstos, como conseqüência, os custos. Houve drásticas e rápidas mudanças e os trabalhadores em todo o mundo ainda não se adaptaram a elas. A globalização prejudicou alguns países e eles estão precisando de ajuda. Os países envolvidos neste processo devem despender recursos na educação e treinamento, objetivando acompanhar esta evolução, porque os benefícios do livre comércio são reais. Permite que haja mais empregos, com maior rendimento e bens importados mais acessíveis.

Os indicadores sociais do Brasil melhoraram com as exportações. Os empregos de melhores remunerações são mantidos nas empresas exportadoras. A expansão da produção agrícola brasileira é conseqüência do crescimento das exportações de produtos deste setor. Os benefícios do livre comércio e da abertura econômica fazem-se sentir no Brasil, graças às exportações que se destinam aos Estados Unidos.

Em 2001, ocorreu o comércio bilateral de 30 bilhões de dólares, registrando-se que o mercado dos Estados Unidos comprou 25% das exportações do Brasil, e em 2002 atingiu 28% nos quatro primeiros meses. Prevê-se que o Brasil possa vender ainda mais e isto se explica por não se tratar de um mercado fechado.

Embora as questões econômicas predominem as conversações bilaterais, a idéia de que esta parceria é somente comercial não se justifica, pois os EUA enaltecem os atos democráticos comuns em sociedades abertas. Os EUA são constituídos por sociedades multiétnicas e multirraciais, que se esforçam, dentro do possível, para eliminar as barreiras contra a justiça social.

Há um bom relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos, procurando concretizar o ideal de Miami, podendo-se citar como exemplos: a) juntos, apaziguaram as disputas entre o Peru e o Equador; b) o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e o Estado da Califórnia buscam apoio da Universidade de São Paulo no combate à bactéria que ameaça a indústria vinícola; c) o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos apóia o governo brasileiro para melhorar as condições do trabalho e erradicar o trabalho infantil; d) as polícias dos dois países juntam forças para deter traficantes de drogas; e) os cientistas das duas nações trabalham juntos em experimentos de grande escala na Amazônia; f) o Serviço Florestal dos Estados Unidos une-se ao Ibama para ajudar os bombeiros brasilei-

ros a localizar os incêndios, destruidores de florestas tropicais; g) há também parcerias com os EUA no que tange às conquistas espaciais; h) a Embraer, empresa brasileira exportadora, faz parceria com os EUA e as aeronaves são construídas em conjunto. A Embraer planeja importar turbinas e componentes dos EUA, totalizando US\$ 7 bilhões, nos próximos cinco anos, o que se traduz no aumento de empregos nos EUA; i) a montadora General Motors inaugurou no Rio Grande do Sul mais uma filial e destinou US\$ 500 milhões para este fim, resultando em mais de três mil empregos para o Brasil, produzindo o carro denominado Celta. Este empreendimento gera benefícios para os gaúchos, para os portos brasileiros, para os acionistas da GM, para os fornecedores de peças e para os clientes. Tem-se, como novidade, a venda pela Internet, que somou 7% dos carros vendidos; j) a Lucent Technologies, sediada no Brasil desde 1995, emprega brasileiros e exporta, para os países do MERCOSUL, US\$ 130 milhões, reforçando o superávit comercial do Brasil. A Lucent investiu, até hoje, US\$ 220 milhões no Brasil, porque acredita na concretização da ALCA.⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A missão da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, que conta com cinco mil associados sediados no Brasil, é impulsionar a cidadania empresarial, atrair investimentos para o Brasil e promover o comércio. A Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA) está sendo efetivada e vai ao encontro dos ideais desta missão.

Neste processo de globalização começam a se delinear quatro grandes blocos de comércio: o Bloco Asiático, o Bloco Europeu, o Bloco Pan-Americano (ALCA) que está em formação, e finalmente o Bloco dos Excluídos.

A integração regional subentende a atitude cooperativa, respeitando valores e interesses compartilhados. Portanto, o comércio internacional e a integração contêm aspectos positivos benéficos aos participantes, devem estar vinculados à utilização da política que privilegie o desenvolvimento de todos.

Facilitar o comércio de produtos primários, *commodities* ou bens industrializados de baixo valor agregado, bem como, nas negociações da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA), garantir e não debilitar o alcance dos objetivos estratégicos como o desenvolvimento tecnológico e de setores *high-tech*, proporcionando a sustentabilidade do desenvolvimento. O desenvolvimento das negociações da ALCA permitiu alcançar resultados que oferecem parciais garantias de equidade nas relações dos Estados. Torna-se importante o princípio do *single undertaking*, que de fato garante o poder de veto para todos os países participantes.

As negociações para a constituição da ALCA não travam outras negociações

⁷ HINAK, D. apud HABERFELD, S. *As visões oficiais dos EUA e do Brasil*. São Paulo: Manole, 2003, p. 75.

feitas pelo Brasil e pelos países do MERCOSUL, como exemplo, com a União Européia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, R. A. (ALCA) em Debate. Embaixador do Brasil em Washington e ex-coordenador do Brasil no MERCOSUL (1991-1994) pesquisado em funcex@funcex.com.br Home Page: www.funcex.com.br - acesso em 5-02-2005.

BATISTA Jr., P. N. *A Economia como ela é*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

BATISTA JR., P. N. *O que sobrou da Alca?* Pesquisado em: <http://www.pnbe.org.br/alca/coment/textos/m2013.htm>>. Acesso em: 05-02-2005.

HABERFELD, S. *ALCA – Riscos e Oportunidades*. São Paulo: Manole, 2003.

RATTNER, H. *Mercosul e ALCA – O futuro incerto dos Países Sul-Americanos*. São Paulo: Edusp, 2002.

VIGEVANI, T.; MARIANO, M. P. *Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA) – O gigante e os anões*. São Paulo: SENAC, 2003.